



Líder tucano apresenta emendas para elevar mínimo para R\$ 600 e corrigir tabela do imposto de renda

O líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, apresentou nesta quinta-feira (3) duas emendas: uma aumenta o salário mínimo para R\$ 600, proposta defendida pelo partido desde a campanha eleitoral. A segunda corrige a tabela do imposto de renda. Na proposição sobre a medida provisória do governo que fixa o piso salarial, o tucano afirma que o novo valor pode garantir um aumento real de cerca de 11% em relação a 2010.

Para Duarte, a proposta do Executivo é até inferior ao IPCA do ano passado. Além disso, segundo o parlamentar, o aumento adicional vai representar um acréscimo que não chega a R\$ 18 bilhões nas despesas orçamentárias da União. O deputado também explica na sua justificativa que existe uma clara subestimativa das receitas previdenciárias para 2011.

Segundo o deputado, caso o aumento de receita venha a repetir os 15,8% verificados no ano anterior, o que seria natural tendo em conta o nível atual de aquecimento do mercado de trabalho, a receita seria de R\$ 246,5 bilhões em 2011. O valor é R\$ 16 bilhões a mais do que a estimativa encaminhada pelo Executivo no projeto de lei para o orçamento deste ano. “O aumento de salário previsto na emenda garantirá a melhoria das condições de

vida de grande parte dos trabalhadores e aposentados brasileiros que recebem apenas o piso salarial. Por outro lado, representa um estímulo adicional para a preservação do dinamismo da economia brasileira, estimulando novos investimentos e a geração de emprego e renda”, destacou o líder tucano.

Nas contas do deputado, o aumento do salário mínimo implicará ainda numa maior arrecadação por parte de empregados e empregadores, gerando recursos adicionais em torno de R\$ 5,6 bilhões. “A soma desses recursos é bem superior ao necessário para custear o aumento do salário mínimo para R\$ 600”, afirmou Duarte.

Já na emenda sobre a Medida Provisória 517/2010, que trata da correção do imposto de renda, o tucano propõe correções baseadas nas variações acumuladas do IPCA/IBGE, registradas nos anos de 2009 e 2010, de 5,90% e 5,9090%, respectivamente. O parlamentar cita a variação dos custos mensais, segundo o IPCA, para justificar a alteração na tabela: alimentação, 25,5%; transportes e comunicação, 18,77%; despesas pessoais, 15,68%; vestuário, 12,49%; habitação, 10,91%; saúde e cuidados pessoais, 8,85%; e artigos de residência, 8,09%.

11%

Este será o aumento real que terá o piso salarial caso seja aprovada a proposta do PSDB

Duarte Nogueira pede informações sobre gastos com cartões corporativos e compra do Panamericano

O líder do PSDB na Câmara também apresentou nesta quinta-feira (3) dois requerimentos de informação à Mesa Diretora da Câmara. O primeiro requer que sejam prestadas informações pelo ministro-chefe da Casa Civil sobre os gastos realizados com os cartões corporativos. As despesas com esse meio de pagamentos do governo federal bateram recorde em 2010 e atingiram R\$ 80 milhões, aumento de 24% em relação a 2009. No outro pedido, o tucano solicita detalhes sobre as operações que resultaram na compra das ações do Banco Panamericano pela Caixa Econômica Federal e a posterior aquisição da instituição pelo banco BTG Pactual.

No caso dos cartões, o deputado questiona os “injustificáveis saques em dinheiro” feitos por servidores públicos federais. No documento, Duarte também

argumenta que preservar o sigilo destas informações em relação aos gastos da Presidência da República para proteção do então presidente Lula perdeu sentido ao final do mandato do petista.

“Justificativa, aliás, que foi empregada quando da divulgação do suposto ‘banco de dados’ com informações do ex-presidente FHC – que continha descrições detalhadas dos gastos tanto do próprio quanto de sua esposa, Ruth Cardoso”, relembra o líder do PSDB.

Em relação ao Banco Panamericano, o deputado quer saber, entre uma série de informações financeiras, qual é a justificativa da Caixa sobre a apuração pelo Banco Central de novo “rombo” de 1,5 bilhão na financeira do grupo Silvio Santos. Segundo o parlamentar, essa auditoria foi divulgada somente após a aquisição de ações pelo banco estatal.

24%

Foi o crescimento dos gastos com este meio de pagamentos do governo federal entre 2009 e 2010

Proposta de Marisa Serrano define prazo para indicação de autoridades do Judiciário

A vice-presidente do PSDB, senadora **Marisa Serrano (MS)**, está colhendo assinaturas para apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece prazo máximo de 20 dias para a indicação de novas autoridades no Judiciário. A proposta da tucana prevê essa regra para o anúncio dos nomes de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal Militar (STM).

Segundo a parlamentar, a ideia surgiu por causa da demora do ex-presidente Lula em indicar o substituto ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Grau, aposentado em agosto do ano passado. Só nesta terça-feira (1º) a presidente Dilma Rousseff anunciou a indicação do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux para ocupar a 11ª cadeira no Supremo. “Lula esperou o fim das eleições e deixou a decisão para a sucessora. Prejudi-

cou enormemente o andamento do Tribunal ao postergar essa indicação por seis meses”, criticou.

Para Marisa Serrano, a mudança constitucional vai evitar a vacância por tempo indeterminado de posições relevantes e estratégicas, fato que acaba prejudicando o desempenho e o andamento de processos relevantes e urgentes para o país nos tribunais superiores. De acordo com o projeto elaborado pela senadora, as indicações de desembargadores da Justiça Federal e do Trabalho também devem ocorrer dentro deste mesmo período.

A senadora lembra que o STF precisa julgar casos polêmicos, como a lei da “ficha limpa” e a extradição do ex-ativista italiano Cesare Battisti. “O trabalho está sendo prejudicado pela falta de formação completa do colegiado”, lamentou. @

6

meses se passaram entre a aposentadoria de Eros Grau no Supremo e a indicação do ministro do STJ Luiz Fux para ocupar essa vaga no STF

Governo prejudica trabalhador ao adiar decisão sobre valor do salário mínimo, alerta Vaz de Lima

O governo federal começa a criar dificuldades para depois vender facilidade. Essa é a avaliação do deputado **Vaz de Lima (SP)** diante das idas e vindas na posição do Palácio do Planalto em relação ao valor do salário mínimo e a correção da tabela do imposto de renda. De acordo com o jornal “O Estado de S. Paulo”, Executivo e sindicalistas recuaram em suas posições na busca de um acordo sobre os dois temas.

Depois de negar que houvessem estudos para corrigir o imposto, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, acenou com um reajuste. Já o deputado e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), admitiu que, para garantir um mínimo maior, aceitaria antecipar parte do reajuste programado para 2012. No final do ano passado, o governo havia sugerido essa fórmula, mas o sindicalista foi contra a proposta de Lula.

De acordo com a reportagem do “Estadão”, nos bastidores, o governo já admite que o mínimo deverá ficar em R\$ 550 e a tabela será corrigida em 4,5%. Porém, segundo a matéria, essas decisões não serão tomadas agora e irão à mesa de negociação conforme o tema evoluir no Congresso. Para o tucano, basta a presiden-

te Dilma “cortar gastos e o cabide de empregos dos companheiros de partido que o governo terá dinheiro suficiente para conceder um mínimo de R\$ 600, como defende o PSDB”.

“Se o governo já está recuando na posição é porque há recurso para o aumento. É muito ruim o governo fazer isso, pois começou a leiloar essa questão sem levar em conta as vidas dos trabalhadores e aposentados”, criticou Vaz de Lima.

Para a Força Sindical, a tabela da Receita Federal congelada está retirando dos trabalhadores os ganhos salariais conquistados no ano passado. Por isso, defendem que as faixas de recolhimento do IR sejam elevadas em 6,46%. O deputado concorda com essa posição, pois acredita que o congelamento da tabela dificulta ainda mais a vida do trabalhador brasileiro.

“Toda vez que você não corrige a tabela está tributando o trabalhador. Então, o PSDB vai lutar para que haja correção não só de um ano, mas de todos os anos anteriores que a tabela não foi corrigida. Desta forma, o governo está penalizando exatamente quem trabalha”, avaliou. @

Leia também em nosso blog:

- ➔ O link para o programa nacional do PSDB exibido em rede nacional
- ➔ Dilma fez velhas promessas e não apresentou medidas concretas para os desafios do país, alertam líderes
- ➔ Direto do Twitter, com os deputados Marcus Pestana (MG), Nelson Marchezan Junior (RS), Cesar Colnago (ES), Vaz de Lima (SP), Ruy Carneiro (PB) e Luiz Carlos Hauly (PR) e a senadora Marisa Serrano (MS)
- ➔ Direto do Plenário, com os deputados Luiz Fernando Machado (SP), Domingos Sávio (MG) e Raimundo Gomes de Matos (CE)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>